



PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2012

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO	1
II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA	
A) Economia Mundial	3
B) Economia Nacional	6
C) Economia Regional	9
III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS	
A) Sector Público Administrativo	20
B) Administração Local	25
IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL	
A) Orçamento da Receita	31
B) Orçamento da Despesa	37
C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos	46
D) Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo	53
V – DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL	
A) Dívida Direta	55
B) Avals	56
VI - SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL	58



I – INTRODUÇÃO

Cumprindo o disposto na Lei de Enquadramento Orçamental da Região Autónoma dos Açores, Lei n.º 79/98 de 24 de Novembro, e demais legislação o Governo dos Açores submete à aprovação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores a proposta de Orçamento para o ano de 2012.

O Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2012, foi elaborado, tendo como referência, o quadro financeiro definido na Lei Orgânica n.º. 1/2007, de 19 de Fevereiro – Lei de Finanças das Regiões Autónomas, e na proposta de Lei do Orçamento de Estado, apresentada na Assembleia da República, diplomas nos quais estão definidos um conjunto de meios financeiros de que a Região irá dispor para o próximo ano.

Com a atual proposta de Orçamento, pretende-se dar continuidade à estabilidade das finanças públicas regionais, num quadro de equilíbrio financeiro das suas contas públicas e de manter simultaneamente um clima social e económico estável, embora conscientes de que a economia Europeia esteja a abraços com uma grave crise sistémica resultante do alastramento da crise soberana num contexto de fragilidade do sistema bancário.

O Governo dos Açores, com a atual proposta de Orçamento e perante um quadro macroeconómico bastante adverso, procura ir ao encontro das necessidades das famílias e das empresas de forma a atenuar os efeitos da



crise económica e financeira, mas não menosprezando simultaneamente o investimento público.

Neste sentido, a presente proposta consubstancia, um volume de despesas de investimento direto na ordem 480,4 milhões de euros.

A presente proposta de Orçamento atinge um valor global de 1.436,3 milhões de euros, dos quais 229,2 milhões de euros respeitam a operações extraorçamentais.

A proposta de Orçamento observa o princípio do equilíbrio orçamental tal como se encontra definido no artigo 4º da Lei n.º 79/98 de 24 de Novembro, ou seja, as receitas efetivas cobrem a totalidade das despesas efetivas, e foi elaborada no âmbito do disposto no Estatuto Político – Administrativo da Região Autónoma dos Açores e da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, contendo as disposições que lhe são aplicáveis de acordo com o previsto na proposta de Orçamento de Estado para o corrente ano.

O Orçamento para 2012 é, no entender do Governo dos Açores, um instrumento macroeconómico importante para a sustentabilidade Região, perante um cenário internacional bastante instável.



II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA

A) ECONOMIA MUNDIAL

A atividade económica internacional dá sinais de uma certa desaceleração, continuando a revelar situações de assimetria entre países e grandes espaços económicos.

De facto, depois da retoma global em 2010 à taxa média anual de 5,1%, as últimas projeções para 2011, realizadas em junho, apontam para uma taxa média anual de 4,3%, sendo que para as economias emergentes se estima um crescimento de 6,6% e para as economias avançadas de 2,2%, para aquele mesmo ano.



Indicadores para a Economia Mundial
Taxa de variação anual em percentagem

	2008	2009	2010	2011
PIB				
Economia mundial	3,0	-0,5	5,1	4,3
Economias avançadas	0,5	-3,4	3,0	2,2
EUA	0,4	-2,6	2,9	2,5
Japão	-1,2	-6,3	4,0	-0,7
Área do euro	0,6	-4,1	1,8	2,0
Economias emergentes e em desenvolvimento	6,1	2,7	7,4	6,6
Rússia	5,6	-7,8	4,0	4,8
China	9,6	9,2	10,3	9,6
Índia	7,3	6,8	10,4	8,2
Comércio mundial de bens e serviços	2,8	-10,9	12,4	8,2
Preços no consumidor				
Economias avançadas	3,4	0,1	1,6	2,6
Economias emergentes e em desenvolvimento	9,2	5,2	6,1	6,9
Preços de matérias-primas				
Petróleo (brent) em USD	36,4	-36,3	27,9	34,5
Matérias-primas não energéticas em USD	7,5	-15,8	26,3	21,6
Mercado interbancário de Londres (% taxas oferecidas)				
Depósitos em dólares USD	3,0	1,1	0,5	0,6
Depósitos em euros	4,6	1,2	0,8	1,7
Depósitos em ienes japoneses	1,0	0,7	0,4	0,5

Fonte: IMF. World Economic Outlook, April 2011; Update, June 2011.

Para estas diferenças de crescimento contribuíram diversos fatores, alguns revelando aspetos de surpresa, como foi o caso extremo do terramoto no Japão com efeitos devastadores, que atingiu a produção industrial, estimando-se para a economia 2011 uma taxa média anual de variação negativa, enquanto no ano anterior tinha superado a evolução recessiva e atingido 4%. Nos Estados Unidos, por sua vez, o crescimento foi revisto em baixa, defrontando-se a economia com as questões da redução do défice e da dívida. Nas economias emergentes e em desenvolvimento observa-se uma maior diversidade de situações, mas o crescimento efetivo aproxima-se mais do esperado em termos de potencial.



A evolução dos preços nas economias avançadas permaneceu em geral moderada, integrando-se num contexto de baixos níveis de utilização da capacidade produtiva, elevado desemprego e expectativas sobre a evolução de preços relativamente estabilizadas. Já na generalidade das economias de mercado emergentes a inflação acentuou-se em 2010, aproximando-se dos máximos atingidos antes do período de recessão global. A recuperação económica implicou um aumento significativo no grau de utilização da capacidade produtiva, pelo que as perspetivas de manutenção de crescimento económico levantam receios quanto a um possível sobreaquecimento e, conseqüentemente, agravamento de preços.

Atendendo a estes condicionamentos as projeções para 2011 foram revistas no sentido de agravamento em relação ao que estava previsto.

As taxas de juro oficiais nas principais economias avançadas situaram-se em níveis historicamente baixos e os bancos centrais mantiveram um nível de intermediação financeira bastante elevado. Já nas economias emergentes as possibilidades de sobreaquecimento levaram as autoridades monetárias a tomar medidas de políticas mais restritivas.

Os dados mais recentes sobre a economia mundial levantam questões de consistência de crescimento. As políticas devem evitar o crescimento desequilibrado, procurando que as economias mais avançadas e deficitárias caminhem no sentido de níveis de poupança mais elevados, como condição de investimento e crescimento, enquanto as economias emergentes e em desenvolvimento, que já tenham alcançado ou superado os níveis de



produção anteriores à crise, caminhem no sentido de darem prioridade a estímulos à procura interna e flexibilidade cambial.

B) ECONOMIA NACIONAL

A economia portuguesa encontra-se num quadro recessivo, integrando-se no contexto de um processo de correção de desequilíbrios macroeconómicos.

Para assegurar um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável a longo prazo prossegue o reforço da consolidação das finanças públicas e da desalavancagem no sector privado, incluindo o sistema financeiro.

Neste sentido, a correção dos desequilíbrios macroeconómicos gerará efeitos de contração da procura interna, com impacto ao nível das atividades produtivas e de afetação de recursos.



Evolução da Economia Portuguesa
Cenário Macroeconómico

	2008	2009	2010	2011 (p)				
				MF	FMI	CE	BdP	OCDE
1. Despesa e PIB (variação em volume, em %)								
Consumo Privado	1,8	-1,0	2,3	-4,4	-4,3	-4,4	-3,8	-4,1
Consumo Público	0,6	3,0	1,5	-3,2	-6,8	-6,1	-6,3	-7,2
Investimento (FBCF)	-1,8	-11,9	-5,3	-10,6	-9,9	-9,9	-10,8	-10,0
Exportações	-0,3	-11,8	8,8	6,2	6,2	6,2	7,7	6,4
Importações	2,8	-10,8	5,1	-3,9	-5,3	-5,3	-4,0	-4,8
PIB	0,0	-2,6	1,3	-2,2	-2,2	-2,2	-2,0	-2,1
2. Inflação (taxas de variação, em %)								
IHPC	2,6	-0,8	1,4	3,5	3,5	3,4	3,4	3,3
3. Desemprego								
Taxa de desemprego (%)	7,6	9,5	10,8	12,5	12,1	12,3	-	11,7
4. Saldos (% do PIB)								
Saldo Global das Administrações	-2,8	-9,3	-9,1	-5,9	-5,9	-5,9	-	-5,9
Dívida Pública	65,4	76,1	93,0	100,8	106,4	101,7	-	-
Necessidades de Financiamento Externo	-11,1	-10,1	-8,4	-6,8		-6,0	-6,4	
Balança Corrente	-12,6	-10,9	-9,8	-9,0	-9,0	-7,5		-7,8

Notas: (p) previsões: MF – Ministério das Finanças.

CE – Comissão Europeia, Previsões da Primavera.

BdP – Banco de Portugal, Boletim Económico.

OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

Fontes: Ministério das Finanças: GPEARI, Previsões a 12.julho.2011; Documento de Estratégia Orçamental, agosto2011.

Banco de Portugal: Relatório e Contas 2010; Boletim Económico, Verão 2011.

Em termos de evolução global, as fragilidades crescentes nas atividades produtivas repercutem-se num agravamento do desemprego, quer em termos do seu volume total, quer da distribuição estrutural, como a da duração ou a de maior generalização por escalões etários e sectores.

A subutilização do nível produtivo potencial não vem gerando efeitos significativos em termos de redução de preços no consumidor, devido a fatores internos, como o da tributação indireta, e a outros externos



num quadro de crescimento económico mundial a refletir-se em aumento no preço de importações, em particular de matérias-primas.

As necessidades de financiamento externo da economia portuguesa, medidas pelo saldo conjunto das balanças corrente e de capital em percentagem do PIB têm-se reduzido, esperando-se que este processo continue na sequência do controlo progressiva do défice do sector público e da desalavancagem gradual do sector privado.

Aliás, nas perspetivas de evolução a curto prazo para a economia portuguesa, as exportações surgem como a única componente da procura com um contributo positivo, aproximando-se da evolução do comércio mundial. Já as componentes da procura interna registarão reduções significativas.

Este tipo de perspetivas integra-se no âmbito da correção de desequilíbrios macroeconómicos e faz parte do processo de ajustamento económico e financeiro acordado com a União Europeia, os países da área do euro e o Fundo Monetário Internacional.

Adicionalmente projetam-se reformas estruturais no sentido da promoção da competitividade e do crescimento, a par de manutenção da estabilidade financeira.

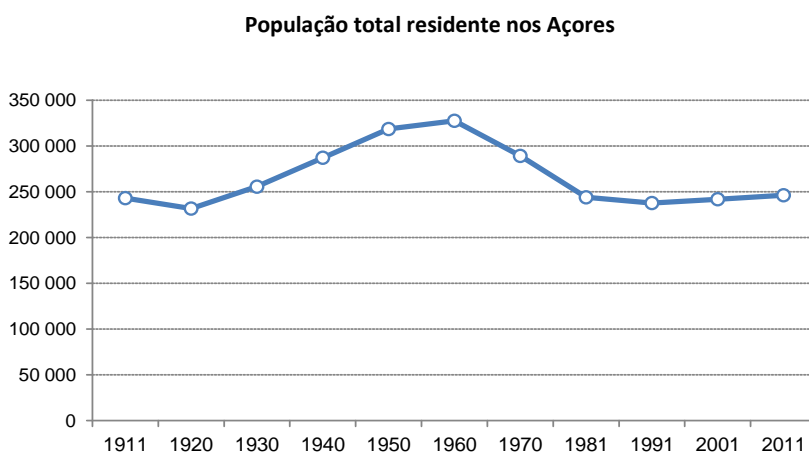


C) Economia Regional

1. RECURSOS HUMANOS

Os resultados preliminares dos Censos de 2011 registam uma população residente de 246 mil indivíduos, representando um crescimento de 1,8% na última década. Esta evolução corresponde a um saldo demográfico de 4339 indivíduos, prosseguindo o acréscimo absoluto da população que se iniciou na década anterior com um saldo de 3968 pessoas.

A acumulação destes dois saldos elevou o volume total da população residente nos Açores a um nível superior ao do censo de 1981, quando a evolução revelava um declínio evidente.





O sentido positivo dos dois últimos saldos demográficos intercensitários dependeu dos respetivos saldos fisiológicos, já que os saldos migratórios continuaram negativos.

Todavia, o saldo migratório apresenta-se com um impacto praticamente residual, sem a gravidade que antes determinava o sentido da evolução total.

	População total residente nos Açores		
	Saldo Fisiológico	Saldo Migratório	Saldo Demográfico
1961	57.976	-50.965	7.011
1971	49.461	-100.238	-50.777
1981	26.926	-60.742	-33.816
1991	17.172	-22.877	-5.705
2001	8.078	-4.110	3.968
2011	4.756	-417	4.339

Fonte: INE.

2. ASPECTOS MACROECONÓMICOS

O Crescimento Económico

O produto interno bruto é o indicador sintético mais utilizado para aferir a evolução económica de determinado território, e o seu quociente pela população residente permite efetuar comparações com outras realidades.



O cálculo deste indicador está desde sempre associado a um território nacional bem delimitado. A desagregação desse valor por regiões e por subespaços desse território nacional é tributário de cálculos e estimativas adicionais.

Em termos nacionais registou-se recentemente uma mudança de base de cálculo do PIB, passando de uma base do ano 2000 para o ano de 2006. Por outro lado, foram afinados alguns instrumentos auxiliares de recolha de informação para efeitos de desagregação regional desse indicador, introduzindo-se algumas alterações na série anterior, as quais, naturalmente, não derivaram de modificação drástica da produção económica mas no seu cálculo.

Com estas notas introdutórias e na sequência dos últimos dados divulgados pelo INE referentes a 2009, o valor preliminar do Produto Interno Bruto de 3 706 milhões de euros a preços correntes representa um ligeiro acréscimo anual, traduzível numa taxa média de variação de 0,1%, em termos nominais.

A riqueza média, medida pelo rácio do PIB *per capita*, correspondeu a 15,1 mil euros anuais por habitante residente nos Açores naquele mesmo ano de 2009. Verificou-se, assim, o crescimento nominal da atividade económica.



Produto Interno Bruto – (Base 2006) Preços de Mercado

Unid.: Milhões de Euros

Ano	Açores	País	Açores / País %	PIB <i>per capita</i> (mil euros)	PIB <i>per capita</i> (País=100)	PIB <i>per capita</i> PPC (UE27=100)
2007	3.546	168.737	2,10	14,6	92	71
2008 P	3.703	172.022	2,15	15,2	94	73
2009 P	3.706	168.046	2,21	15,1	96	76

P - Resultados preliminares.

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2006).

A evolução recente da produção integra-se num reforço da tendência de aproximação a níveis médios observados nas economias portuguesa e europeia, mais precisamente da União Europeia a 27 países.

PIB per capita

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007R	2008P	2009P
Portugal	77	77	79	79	81	81	80	80	79	77	79	79	78	78	80
Açores	62	62	63	64	68	67	70	71	72	70	73	73	71	73	77

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2006).

A desagregação do Valor Acrescentado Bruto por ramos de atividade confirma aspetos de variações mais intensas no âmbito de diversos serviços do terciário, ao mesmo tempo que regista um certo esboço de evolução entre ramos do secundário.

VAB por Ramos de Atividades Económicas

Unid.: milhões de Euros

	Total	Primárias	Industriais e energia	Construção	Comerciais, turísticas e de comunicações	Financeiras, imobiliárias e técnicas	Públicas e outras
2007	3.064,4	250,3	288,4	245,8	838,2	449,6	992,1
2008 P	3.214,1	267,5	294,2	261,0	879,3	473,6	1.038,5
2009 P	3.281,5	282,4	300,7	256,5	860,6	470,6	1.110,7

P: Resultados preliminares. Fonte: INE, Contas Regionais (base 2006).



Mercado de Emprego

O volume de emprego (população ativa empregada) de 110,3 milhares de indivíduos em 2010 representa uma variação de -1,7% em relação ao ano anterior que, face à hipótese de continuidade na tendência de evolução geral dos recursos humanos disponíveis no mesmo período, se terá traduzido em subaproveitamento no potencial do mercado de trabalho, quer por via de desemprego quer, principalmente, por via da categoria de população classificada como inativa.

Efetivamente, o nível médio anual de desemprego aumentou, mas manteve-se na ordem dos 8 milhares e numa taxa média anual casa dos 7%, ao passo que o total da população inativa engrossou de forma mais acentuada, retomando o nível de há cerca de dois anos atrás.

Condição da População Perante o Trabalho

	Nº Indivíduos									
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
População Ativa.....	100 646	103 645	105 099	108 586	109 773	111 755	112 159	117 582	120 290	118424
Empregada.....	98 360	100 974	102 060	104 892	105 283	107 500	107 284	111 168	112 171	110286
Desempregada.....	2 286	2 671	3 033	3 694	4 490	4 255	4 875	6 414	8 118	8139
População Inativa.....	136 309	134 175	134 440	132 583	131 873	130 956	131 222	126 540	124 904	127505
Tx. de Atividade (%).....	42,4	43,5	43,8	45,0	45,4	46,0	46,1	48,2	49,1	48,2
Tx. de Atividade Feminina (%) ...	30,2	31,4	32,1	33,4	33,8	34,9	36,0	38,4	39,7	38,8
Tx. de Desemprego (%).....	2,3	2,6	2,9	3,4	4,1	3,8	4,3	5,5	6,7	6,9

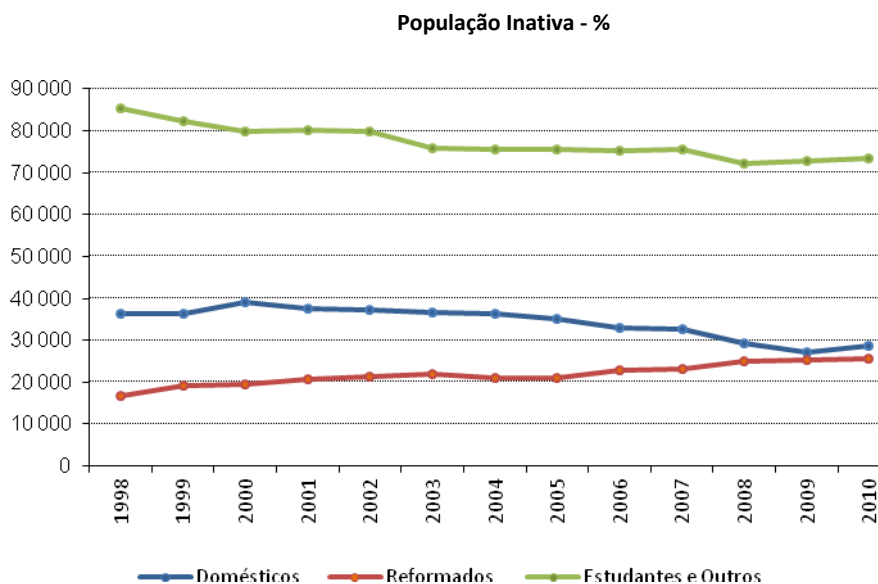
Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

Na última década o aumento da população ativa, em geral, e da população empregada, em particular, foi revelador da capacidade regional



na criação líquida de postos de trabalho, cerca de 12 mil entre 2001-2010. Só no período mais recente, 2007-2010, foram criados 3 mil novos postos de trabalho na economia regional.

O aumento da população inativa, em contrapartida à evolução do volume da população associável ao mercado de trabalho e que já foi referido anteriormente, incorporou acréscimos absolutos distribuídos pelas respetivas grandes categorias, a saber, a população doméstica, a reformada e outra calculada residualmente, mas composta basicamente por estudantes.



Na distribuição da população ativa empregada segundo os sectores de atividade, o terciário continuou a registar oferta líquida de emprego, particularmente no âmbito de serviços públicos e do Estado, enquanto diversos serviços de ordem mais comercial revelaram maior sensibilidade, interrompendo o processo de evolução que vinham registando anteriormente.



No sector secundário registaram-se reduções líquidas em postos de trabalho, sendo que os dados de evolução intra-anual apontam no sentido de um amortecimento ou desaceleração nas atividades de construção.

O sector primário voltou a registar um decréscimo, descendo para um patamar inferior ao nível mais frequente nos últimos anos, cerca de 12%.

População Ativa Empregada por Sectores de Atividade - %

	2007	2008	2009	2010
Sector Primário.....	12,0	13,1	12,7	11,3
Sector Secundário	26,8	26,7	24,4	23,8
Sector Terciário	61,2	60,2	62,9	64,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

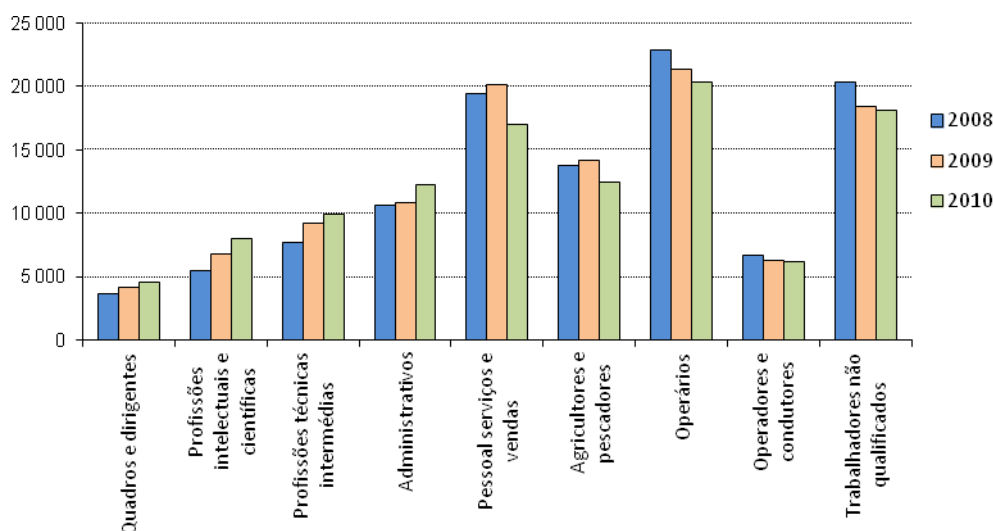
O aumento da representatividade da população ativa no sector terciário dá continuidade a um processo de formação de empregos em profissões mais exigentes em competências e habilitações.

De facto, as quatro categorias profissionais que vão desde quadros e dirigentes até administrativos, passando por técnico-científicas, continuaram a crescer em volume e, conseqüentemente a alargar a respetiva representatividade. Apenas a categoria classificada de pessoal dos serviços e vendedores terá registado uma quebra em volume de emprego terciário.



Já em categorias profissionais mais associáveis aos sectores secundário e primário, como as de trabalhadores não qualificados, de operadores ou condutores e de operários, voltaram a registar decréscimos.

População Ativa Empregada, por Profissão



Elementos sobre a participação dos recursos humanos no mercado de trabalho apontam no sentido de certos desequilíbrios, sendo que os maiores desvios em termos estruturais se encontrarão em termos de qualificações.

Tomando como base objetiva de análise distribuições estatísticas sobre atividade da população e sobre o respetivo nível de escolaridade nos Açores face a padrões da EU (27 países) e do próprio país, verifica-se que as maiores diferenças se encontram entre as distribuições relativas aos níveis de escolaridade completos.



Elementos de Estrutura, 2010

	Açores	Portugal	UE (27 países)
Taxa de Atividade			
Total	48,2	52,5	48,5
Homens.....	57,6	57,0	54,3
Mulheres	38,8	48,3	43,0
Nível de Escolaridade Completo (%)			
Até ao básico, 3º ciclo	73,0	65,2	21,9
Secundário	15,5	18,2	49,0
Superior.....	11,5	16,7	29,0

Fontes: SREA / INE e Eurostat.

Preços

A evolução dos preços no consumidor tem sido condicionada de forma significativa pela componente de bens energéticos e de produtos alimentares não transformados.

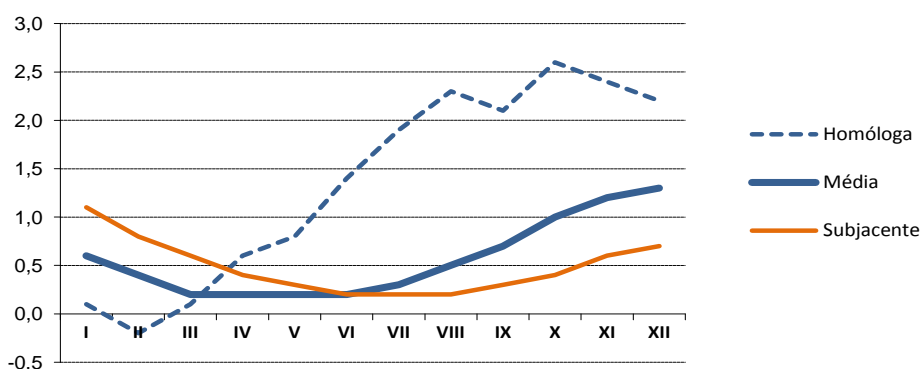
Efetivamente, excluindo aquelas duas componentes do cabaz de bens utilizado para medir os preços ao consumidor e tomando como exemplo os dados das séries completas para o ano de 2010, a respetiva taxa subjacente situou-se a um nível inferior ao da média e, ainda de forma mais expressiva, ao da homóloga, por definição mais sensível a evoluções de conjuntura.

Neste contexto, a evolução dos preços refletirá fatores que, além de incorporarem elementos de ordem interna, se encontram fortemente condicionados por elementos de transformação e de peso estrutural, no âmbito de trocas comerciais e de operações financeiras entre grandes zonas



da economia internacional, afetando custos na aquisição de energia e de matérias-primas.

Taxas de variação Preços no Consumidor, em 2010



3. INDICADORES DE ATIVIDADE – EVOLUÇÃO RECENTE

As variações de indicadores simples sobre atividades económicas açorianas, particularmente quando medidas em termos dos seus valores totais anuais, fazem lembrar um certo paralelismo com as evoluções conjunturais nas economias portuguesa e mundial.

Será assim quando os indicadores revelam variações que, mesmo sendo negativas, podem sugerir perspectivas de melhoria face a pontos extremos mínimos registados em atividades mais representativas.

Contudo, além de que por definição estes indicadores simples não têm a natureza dos indicadores sintéticos utilizados anteriormente para as



economias nacional e internacional, verifica-se numa observação mais pormenorizada (decompondo a média anual nos respetivos registos intra- anuais) a existência de índices de elevada variabilidade, aumentando a incerteza em relação aos valores médios anuais tomados inicialmente como base de análise.

Indicadores Simples de Conjuntura

	2008 Δ %	2009 Δ %	2010 Δ %	1º trim. 2011 Δ %	2º trim. 2011 Δ %
Leite Entregue nas Fábricas (litros).....	1,9	4,7	-0,9	-1,0	2,0
Pesca Descarregada nos Portos (mil toneladas)	-27,4	-18,1	100,7	17,5	87,9
Licenças de Obras (nº).....	-17,4	-35,2	7,1	26,2	-27,1
Oferta de Cimento (toneladas).....	-9,1	-14,6	7,5	9,8	-2,2
Consumo de Eletricidade (GWh)	3,5	0,4	2,9	1,1	-2,1
Dormidas na hotelaria (nº)	-4,8	-10,9	3,0	-3,5	-1,0
Venda de Automóveis Ligeiros Novos (nº)	12,9	-26,1	32,4	-27,5	-14,5

Fonte: SREA, Boletim Trimestral de Estatística.



III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS

A) Sector Público Administrativo

O orçamento da Região Autónoma dos Açores registava, a 30 de Setembro do corrente ano, uma execução da despesa de 828,3 milhões de euros (61,1%), por contrapartida de uma receita arrecadada de 883,3 milhões de euros (65,2%).

Receita

A decomposição da receita por grandes agregados, nos três primeiros trimestres de 2010, bem como os respectivos níveis de execução, é a seguinte.

	Unidade: Euros		
	ORÇAMENTADO	REALIZADO	%
1. Receitas Correntes	704.985.771,00	530.874.569,23	75,3%
Impostos Diretos	187.350.000,00	140.425.404,66	75,0%
Impostos Indiretos	326.540.000,00	233.018.806,99	71,4%
Contribuições para a Segurança Social	4.700.000,00	3.496.655,67	74,4%
Taxas, multas e outras penalidades	9.000.000,00	5.480.431,40	60,9%
Rendimentos de propriedade	29.849.865,00	1.862.976,44	6,2%
Transferências Correntes	145.885.906,00	145.885.906,02	100,0%
Venda de Bens e Serviços Correntes	560.000,00	308.212,10	55,0%
Outras Receitas Correntes	1.100.000,00	396.175,95	36,0%
2. Receitas de Capital	412.269.878,00	172.256.935,92	41,8%
Venda de Bens de Investimento	270.000,00	239.194,99	88,6%
Transferências de Capital	376.099.878,00	170.034.780,61	45,2%
Ativos Financeiros	1.200.000,00	65.727,32	5,5%
Passivos Financeiros	32.000.000,00	0,00	0,0%
Outras Receitas de Capital	200.000,00	77.686,70	38,8%
Reposições	2.500.000,00	1.839.546,30	73,6%
3. Operações Extraorçamentais	237.479.603,00	180.178.478,99	75,9%
4. Total (1+2+3)	1.354.735.252,00	883.309.984,14	65,2%



No final do terceiro trimestre, as receitas correntes atingiram os 530,9 milhões de euros, 75,3% do valor orçamentado, sobressaindo, os impostos indiretos, com 233,0 milhões de euros, as transferências, com 145,9 milhões de euros e os impostos diretos, com 140,4 milhões de euros. Estes três agregados representaram, no seu conjunto, 97,8% da receita corrente e 58,8% do total das receitas contabilizadas.

Relativamente às receitas de capital, verificou-se uma execução de 172,3 milhões de euros, ou seja, 41,8% do orçamentado. Neste agregado, destacam-se, as transferências de capital que, com uma execução de 170,0 milhões de euros, representaram a quase totalidade das receitas de capital (98,7%) e 19,3% do total da receita.

As receitas fiscais contabilizaram 378,9 milhões de euros, o equivalente a 72,5% do valor orçamentado, mais 6,1 pontos percentuais do que em relação ao período homólogo do ano anterior, ou seja, mais 40,8 milhões de euros.

Dada a importância que as receitas fiscais assumem no total da receita, é apresentado de seguida, um quadro com a desagregação dos diferentes impostos.



Unidade: euros

	Dotação	Execução	%
Impostos Directos	187.350.000,00	140.425.404,66	74,95%
IRS	152.250.000,00	104.470.371,87	68,62%
IRC	35.000.000,00	35.936.190,61	102,67%
Diversos	100.000,00	18.842,18	18,84%
Impostos Indirectos	326.540.000,00	233.018.806,99	71,36%
ISP	55.000.000,00	37.335.205,18	67,88%
IVA	201.250.000,00	143.242.139,56	71,18%
ISV	10.500.000,00	5.170.533,05	49,24%
Imposto sobre o consumo de tabaco	30.000.000,00	25.983.068,10	86,61%
IABA	5.775.000,00	3.819.102,58	66,13%
Imposto de selo	21.500.000,00	15.440.897,27	71,82%
Diversos	2.515.000,00	2.027.861,25	80,63%
Taxas, multas e outras Penalidades	9.000.000,00	5.480.431,40	60,89%
RECEITA FISCAL	522.890.000,00	378.924.643,05	72,47%

Os Impostos Directos, com uma receita de 140,4 milhões de euros, representaram 37,1% do total da receita fiscal, destacando-se o IRS que, com uma execução de 104,5 milhões de euros, correspondeu a 74,4% destes Impostos.

Os Impostos Indirectos foram, uma vez mais, o agregado que mais contribuiu para o total da receita fiscal, com 233,0 milhões de euros, 71,4% do valor orçamentado. No âmbito destes, destacam-se o IVA, o ISP, o Imposto sobre o consumo do tabaco e o Imposto de selo, com 143,2 milhões de euros, 37,3 milhões de euros, 26,0 milhões de euros e 15,4 milhões de euros, respectivamente que, no seu conjunto, contribuíram com 222,0 milhões de euros (95,3%).

As taxas, multas e outras penalidades atingiram os 5,5 milhões de euros e registavam uma taxa de execução de 60,9%.



Despesa de Funcionamento

A 30 de Setembro de 2011, a desagregação da despesa por grandes agregados, foi a que abaixo se evidencia.

Unidade: Euros

	ORÇAMENTADO	REALIZADO	%
1. Despesas Correntes	609.140.383,00	439.890.261,49	72,2%
Despesas com Pessoal	309.082.586,00	222.716.861,60	72,1%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	18.054.444,00	10.206.809,46	56,5%
Juros e Outros Encargos	10.500.350,00	9.218.708,16	87,8%
Transferências Correntes	248.448.620,00	189.226.232,32	76,2%
Outras despesas Correntes	23.054.383,00	8.521.649,95	37,0%
2. Despesas de Capital	1.440.159,00	614.799,15	42,7%
Aquisição de Bens de Capital	1.038.359,00	313.452,15	30,2%
Outras despesas de Capital	401.800,00	301.347,00	75,0%
3. Operações Extraorçamentais	237.479.603,00	173.800.669,08	73,2%
4. Total (1+2+3)	848.060.145,00	614.305.729,72	72,4%

As despesas correntes apresentaram uma execução de 439,9 milhões de euros, evidenciando-se as Despesas com Pessoal e as Transferências Correntes, que com uma execução de 222,7 milhões de euros e 189,2 milhões de euros, respectivamente, representaram, no seu conjunto, 93,7% do total destas.

No final do terceiro trimestre, as despesas com pessoal registaram, uma execução de 72,1% do valor orçamentado. As transferências com uma execução de 76,2% contabilizaram 167,0 milhões de euros, de verbas afetas ao Serviço Regional de Saúde.

Face ao período homólogo do ano anterior, as despesas com pessoal apresentaram uma redução de 10,0 milhões de euros, tendo as transferências registado um incremento de 8,7 milhões de euros.



Salienta-se, igualmente, o esforço de contenção imprimido às despesas correntes, de que é exemplo a redução de cerca de 1,2 milhões de euros, observado ao nível das aquisições de bens e serviços correntes, entre 2010 e 2011.

As despesas de capital, atingiram os 614,8 mil euros, correspondendo a uma taxa de execução de 42,7%.

Os encargos com pessoal e as transferências são as rubricas que assumem maior peso nas despesas de funcionamento, tendo contabilizado no seu conjunto 411,9 milhões de euros, o equivalente a 93,5% do total destas despesas.



B) Administração Local

As receitas globais dos municípios da Região Autónoma dos Açores sofreram em 2010 uma redução de 2,2%, situando-se nos 215,2 milhões de euros. Observando no quadro resumo o comportamento das principais rubricas da receita, conclui-se que as mesmas sofreram variações positivas e negativas.

As receitas locais, resultantes de impostos, taxas, serviços prestados e venda de bens, baixaram 11,6%. Esta redução ficou a dever-se sobretudo a duas rubricas das receitas locais – loteamentos e obras (redução de 17,8%) e a venda de bens de investimento, incluída no agregado “outras receitas locais” que sofreu uma redução de 38%.

Receitas	2008		2009		2010		2009/10
	valores	%	valores	%	valores	%	%
Receitas Locais	52.103.377	25,1	57.898.475	26,3	51.159.297	23,8	-11,6
Fundos Orçamento do Estado	96.124.922	46,4	95.915.059	43,6	100.806.584	46,8	5,1
Fundos Comunitários	15.044.492	7,3	29.772.985	13,5	26.868.995	12,5	-9,8
Transferências - Governo Reg	7.626.663	3,7	11.038.358	5,0	7.987.755	3,7	-27,6
Outras Transferências	11.302.152	5,5	4.631.979	2,1	8.509.418	4,0	83,7
Empréstimos	25.134.503	12,1	20.880.855	9,5	19.856.359	9,2	-4,9
Totais	207.336.109	100	220.137.712	100	215.188.409	100	-2,2

As transferências dos fundos comunitários, outra importante fonte de receita, sofreram uma diminuição de quase 10%, em relação a 2009, mas haviam praticamente duplicado entre 2008 e 2009.

No que respeita aos empréstimos contraídos, houve uma redução de 5%, relativamente ao ano anterior, influenciada, certamente, pelas restrições no recurso ao crédito pelos municípios previstas no Orçamento



do Estado de 2010. Refira-se que uma parte dos quase 20 milhões de euros de empréstimos contraídos diz respeito a planos de reequilíbrio financeiro, tendo sido utilizados para pagar dívidas não bancárias.

Endividamento	euros						
	2008		2009		2010		2009/10
	valores	%	valores	%	valores	%	%
Dívida bancária	154.218.499	74,0	162.637.757	61,6	164.278.451	66,0	1,0
Dívida não bancária	54.295.607	26,0	101.485.762	38,4	84.562.855	34,0	-16,7
Totais	208.514.106	100	264.123.518	100	248.841.306	100	-5,8

Relativamente às despesas realizadas em 2010, será de salientar o seguinte:

1 – Uma redução de 3,2% no total das despesas.

2 - Aumentos da ordem dos 2 % nas despesas de pessoal e aquisição de bens e serviços.

3 –Verificou-se um crescimento de 96% no pagamento de juros não bancários (1,1 milhões de euros em 2010), nomeadamente, juros de mora de faturas a fornecedores. Existem, também, diversos empréstimos contraídos no segundo semestre de 2010, dos quais não houve lugar ao pagamento de encargos financeiros, dado que a primeira prestação só venceu em 2011, pelo que este ano o montante dos juros será certamente superior.



Despesas	euros						
	2008		2009		2010		2009/10
	valores	%	valores	%	valores	%	%
Pessoal	48.167.976	23,3	50.593.462	23,0	51.671.736	24,3	2,1
Bens	8.038.143	3,9	8.124.185	3,7	8.288.877	3,9	2,0
Serviços	19.246.577	9,3	19.194.840	8,7	19.709.737	9,3	2,7
Juros	7.254.987	3,5	6.016.477	2,7	3.745.004	1,8	-37,8
Amortizações	13.787.466	6,7	18.419.414	8,4	20.510.942	9,6	11,4
Investimentos	84.099.491	40,7	89.869.302	40,9	78.713.419	37,0	-12,4
Transf p/ instituiç n/ lucrativas	11.365.172	5,5	11.265.400	5,1	10.806.720	5,1	-4,1
Transf p/ sector empres local	8.325.022	4,0	10.537.844	4,8	12.905.423	6,1	22,5
Outras Transferências	2.345.293	1,1	2.506.302	1,1	2.391.325	1,1	-4,6
Outras Despesas	4.219.985	2,0	3.232.310	1,5	4.030.078	1,9	24,7
Totais	206.850.112	100	219.759.537	100	212.773.260	100	-3,2

4 – O investimento municipal sofreu uma redução de 12,4 %, em termos globais, na Região Autónoma dos Açores, o que significa menos 11,2 milhões de euros. De referir ainda que a redução de quase 17 milhões de euros na dívida não bancária foi contabilizada na sua maior parte como despesa de investimento, ou seja, uma importante parcela dos 78 milhões de euros gastos em investimento refere-se a obra já feita e que estava por pagar.

5 – As transferências para as instituições sem fins lucrativos também sofreram uma redução, da ordem dos 4%, situando-se nos 10,8 milhões de euros.

6 – Em contrapartida, verifica-se uma tendência de crescimento nas transferências e subsídios dos municípios para as empresas municipais e outras entidades do sector empresarial local. Em 2010 essas transferências aumentaram 22,5 %, quase atingindo os 13 milhões de euros.



Balanço e Demonstração de Resultados

Em 2010, os municípios tinham um ativo líquido total da ordem dos 1.220 milhões de euros, verificando-se um ligeiro aumento de 3,4%, sendo de destacar o peso do imobilizado, que representa 95% do ativo. Este valor elevado, explica-se pela natureza dos municípios, vocacionados para a realização de obras, em grande parte por empreitadas e com pouco volume de dívidas a receber, que em 2010 baixaram 37,5%.

Cerca de 54% do ativo é coberto por fundos próprios e 20% é suportado por dívidas a bancos outras entidades. É de salientar ainda o valor dos proveitos diferidos, que nos municípios atinge um montante elevado, em termos relativos, dada a importância das participações do Estado e da União Europeia. Em 2010 este valor era de 298,5 milhões de euros, cerca de 24% do ativo.

O resultado líquido do exercício de 2010, do conjunto dos 19 municípios, foi de 2,5 milhões de euros, aumentando 31%, mas apresentou-se negativo em 8 destes, variando entre um resultado positivo de 4,6 e um resultado líquido negativo de 2,8 milhões de euros.



IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL

A previsão orçamental da receita e da despesa constante na presente proposta de Orçamento da Região Autónoma dos Açores (ORAA), para o ano de 2012, utiliza os mesmos critérios e métodos que têm sido usados no passado recente, o que obviamente transmite transparência e rigor à referida proposta.

Tendo em atenção os objetivos definidos pelo X Governo Regional, a política orçamental da presente proposta, insere-se num quadro de rigor de finanças públicas regionais, apesar da conjuntura económico-financeira nacional e internacional adversa, não obstante, o Governo Regional ter vindo a atenuar os seus efeitos, através do elevado volume de investimentos verificado últimos anos e que continuará em 2012, como pode ser comprovado na presente proposta.

Face a este contexto, o Governo entende que de continuar a apostar em projetos de investimento que potenciem a máxima utilização dos fundos comunitários, oportunamente negociados com o Governo da República e com a União Europeia. Esta estratégia permite incrementar a receita de fundos da União Europeia e, ao mesmo tempo, dá um estímulo adicional à economia regional contribuindo para o aumento do emprego.

A presente proposta de orçamento prossegue a política de contenção da despesa pública de funcionamento, a qual apresenta um decréscimo de 1,9%, relativamente ao ano de 2011, não obstante, contemplar um esforço



significativo, no aumento das transferências para o sector da saúde, de cerca de 22 milhões de euros.

De seguida apresenta-se a estrutura da proposta do ORAA para 2012, bem como a de 2011, excluindo-se o valor das operações extraorçamentais.

Síntese do ORAA

	Milhares de Euros	
	2011	2012
1. Receitas Correntes	702,0	685,2
2. Despesas Correntes	606,3	598,1
3. Encargos da Dívida Pública	10,5	14,0
4. Saldo Corrente (1-2)	95,7	87,1
5. Receitas de Capital	380,3	379,5
6. Empréstimos	32,0	142,3
7. Despesas de Capital	508,0	481,6
8. Amortização de Dívida	0,0	127,3
9. Saldo de Capital (5-7)	-127,7	-102,1
10. Saldo Global (4+9)	-32,0	-15,0
11. Saldo Primário (10+3)	-21,5	-1,0

Do presente quadro, verifica-se que a proposta de orçamento para 2012 regista melhorias significativas ao nível do saldo global (em 17 milhões de euros) e do saldo primário (em 20,5 milhões de euros).



A) Orçamento da Receita

A receita global prevista para o ano de 2012 ascende a 1.436,3 milhões de euros. Excluindo-se o montante de 229,2 milhões de euros, orçamentado em sede de operações extraorçamentais, o valor da receita atinge os 1.207,1 milhões de euros.

Para efeitos de análise comparativa, aos valores globais da receita são excluídos os passivos financeiros, centrando-se a análise apenas no âmbito da receita efetiva.

As receitas efetivas são compostas por três grandes agregados – receitas próprias, transferências do Orçamento do Estado e transferências da União Europeia – os quais correspondem às principais fontes de financiamento do orçamento da Região.

As receitas efetivas atingem o valor global de 1.064,8 milhões de euros, mais 5,8% do que o da correspondente receita esperada para o corrente ano.

As receitas próprias, que no seu conjunto representam 53% do total da receita efetiva, continuam a ser a principal fonte de financiamento, aumentando em 1,5 pontos percentuais o seu peso.

As transferências do Orçamento de Estado e da União Europeia continuam a ter um peso muito significativo no financiamento do



orçamento regional, representando 31,6% e 15,4%, respetivamente, do total da receita efetiva.

Receitas Próprias

As receitas próprias previstas para 2012 atingem o montante de 563,9 milhões de euros, mais 5,3% do que o valor previsto para o corrente ano.

No âmbito das receitas próprias, destacam-se as receitas fiscais, as quais no seu conjunto, representam 94,9% do respetivo total.

A previsão das receitas fiscais para o ano de 2012 é de 535 milhões de euros, mais 2,1% do que o valor estimado para 2011.

Do conjunto de impostos que constituem as receitas fiscais, os valores estimados para 2012, à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos, tiveram por base a estimativa de execução projetada para o corrente ano, acrescida de taxas de variação que têm como referência as constantes da proposta de Orçamento de Estado para 2012.

Os impostos diretos atingem uma previsão orçamental de 192 milhões de euros, menos 4,4% do que o valor estimado de execução para o corrente ano, representando cerca de 35,9% do total das receitas fiscais.



A receita do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) está estimada em 146,9 milhões de euros, valor que traduz um decréscimo de 4,1%, relativamente à previsão para o corrente ano.

A evolução deste imposto reflete o impacto esperado das alterações legislativas propostas no OE para 2012, nomeadamente, as reduções previstas ao nível dos salários e pensões.

Para o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) estima-se uma receita de 45 milhões de euros, menos 5,4% do que a receita esperada a arrecadar no corrente ano.

Esta previsão incorpora os efeitos negativos do atual cenário macroeconómico, bem como, os efeitos das medidas legislativas propostas em sede do Orçamento do Estado.

Os impostos indiretos atingem uma previsão orçamental de 335 milhões de euros, mais 6,1% do que o valor estimado de execução em 2010.

Para o Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) estima-se uma receita de 50 milhões de euros, valor ligeiramente inferior à receita esperada para o corrente ano.

A receita do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) deverá ascender aos 212,6 milhões de euros. Esta previsão contempla a receita que se prevê receber em 2012 nos termos da Portaria do Ministério das



Finanças que define a metodologia de apuramento do IVA, que constitui receita própria da Região.

A previsão orçamental para o Imposto sobre o Tabaco (IT) atinge o valor de 36 milhões de euros, mais 3% do que a receita estimada deste imposto para o corrente ano.

O Imposto sobre Veículos (ISV) atinge uma previsão orçamental de 8,6 milhões de euros, montante que reflete a atualização dos parâmetros fiscais e a redução dos benefícios fiscais associados a este imposto.

Para o Imposto do Selo estima-se uma receita de 19,4 milhões de euros, menos 5,3% face à estimativa de execução orçamental para o corrente ano. Esta evolução tem por base, essencialmente, a redução das operações financeiras associadas ao consumo privado previstas para o ano de 2012.

Para o Imposto único de Circulação (IUC), estima-se, para 2012, uma de receita de 2,25 milhões de euros, montante que traduz um acréscimo de 7,7% relativamente à projeção de realização que se espera obter em 2011. Este aumento resulta, essencialmente, da atualização das taxas deste imposto.

No que respeita às taxas, multas e outras penalidades, prevê-se uma receita global de 8 milhões de euros, dos quais, 5,3 milhões de euros, respeitam a taxas e 2,7 milhões de euros, a multas e outras penalidades.



Para as outras receitas próprias, estima-se uma previsão global de 29 milhões de euros, a qual integra um conjunto diversificado de capítulos de receita que, naturalmente, não foram contemplados no agregado das receitas fiscais, nomeadamente, no âmbito da valorização e rentabilização do património da Região.

Transferências do Orçamento do Estado

As transferências do Orçamento do Estado para 2012 atingem o montante global de 336,3 milhões de euros, dos quais, 333,5 milhões de euros, ao abrigo da LFRA e 2,8 milhões de euros, com proveniência no Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana (IHRU).

Para o ano de 2012, as verbas transferidas ao abrigo da LFRA registam uma redução de 16,6 milhões de euros, relativamente ao correspondente valor do corrente ano.

Transferências da União Europeia

As transferências financeiras oriundas da União Europeia deverão atingir, em 2012, o montante global de 164,5 milhões de euros. Estas transferências correspondem ao cofinanciamento comunitário de um conjunto de projetos de investimento compreendidos no âmbito do capítulo 50 do Orçamento da Região Autónoma dos Açores.



Operações Extraorçamentais

O valor global orçamentado para operações extraorçamentais é de 229,2 milhões de euros, integrando verbas dos seguintes grupos de receita – operações de tesouraria, retenções de receita do Estado, outras operações de tesouraria e contas de ordem.

Os montantes previstos em cada um dos referidos grupos de receita atingem os 24,1 milhões de euros, os 184,1 milhões de euros e os 21 milhões de euros, respetivamente.



B) Orçamento da Despesa

O valor da despesa global orçamentada para o ano de 2012 atinge o montante de 1.436,3 milhões de euros, incluindo uma previsão de 229,2 milhões de euros de operações extraorçamentais.

A análise à despesa é efetuada, tal como nos anos anteriores, nos termos previstos da Lei de Enquadramento do Orçamento da Região, de acordo com a classificação económica, a classificação orgânica e a classificação funcional das despesas.

Classificação Económica

A despesa, nos termos da classificação económica, é estruturada de acordo com a natureza das respetivas aplicações dos fundos previstos em sede orçamental.

Para efeitos da análise comparativa, os montantes orçamentados para a dotação provisional e para a operação de refinanciamento, não serão considerados nos quadros que, seguidamente, se apresentarão.

O quadro seguinte apresenta a estrutura da despesa global prevista para o ano de 2012, bem como a correspondente estrutura orçamental em 2011.



Estrutura da Despesa Global

	Euros				
	2011	%	2012	%	Var.
1. Despesas Correntes	597.928.086	44,5%	586.558.385	45,2%	-1,9%
Despesas com Pessoal	309.070.686	23,0%	274.307.359	21,1%	-11,2%
Transferências	248.448.620	18,5%	270.809.130	20,9%	9,0%
Aquisição de Bens e Serviços	18.055.356	1,3%	17.034.896	1,3%	-5,7%
Juros e outros Encargos	10.500.000	0,8%	14.000.000	1,1%	33,3%
Outras	11.853.424	0,9%	10.407.000	0,8%	-12,2%
2. Despesas de Capital	1.452.959	0,1%	1.320.600	0,1%	-9,1%
Aquisição de Bens	1.051.159	0,1%	938.800	0,1%	-10,7%
Outras	401.800	0,0%	381.800	0,0%	-5,0%
3. Despesas de Funcionamento (1+2)	599.381.045	44,6%	587.878.985	45,3%	-1,9%
4. Despesas do Plano	506.675.107	37,7%	480.392.566	37,0%	-5,2%
5. Operações Extraorçamentais	237.479.603	17,7%	229.205.978	17,7%	-3,5%
6. Total da Despesa (3+4+5)	1.343.535.755	100,0%	1.297.477.529	100,0%	-3,4%

Nota: Não inclui valores da Dotação Provisional e de Passivos Financeiros

A análise ao quadro permite constatar que, entre os anos de 2011 e de 2012, não se registam alterações significativas em nenhum agregado da despesa.

As despesas de funcionamento registam, em 2012, um decréscimo de 1,9%, decorrente, fundamentalmente, da variação registada ao nível das despesas correntes.

No âmbito das despesas de funcionamento previstas para 2012, destacam-se as despesas correntes, com 586,6 milhões de euros orçamentados, as quais representam 99,8% do respetivo total.



As despesas correntes são compostas essencialmente por dois agregados económicos – despesas com pessoal e transferências – os quais, em conjunto, representam 92,9% do respetivo valor global previsto para o ano de 2012.

As despesas com pessoal estão orçamentadas em 274,3 milhões de euros, menos 11,2% do que o respetivo montante estimado para o corrente ano de 2011, representando 46,8% do total das despesas correntes.

O valor orçamentado em despesas com pessoal foi estimado, tendo em consideração as medidas legislativas constantes na proposta de Orçamento de Estado para 2012 e, já apresentado na Assembleia da República.

As despesas com as aquisições de bens e serviços atingem uma previsão global de 17,0 milhões de euros, menos 5,7% do que o previsto para o ano anterior, evolução claramente indiciadora da política de contenção e rigor imposta pelo Governo Regional a este agregado da despesa.

As dotações propostas para as transferências correntes atingem o valor de 270,8 milhões de euros, mais 9,0% do que o registado no corrente ano, variação justificada pelo facto de, em 2012, se efectuar um significativo acréscimo de 10% nas transferências correntes destinadas ao financiamento dos serviços integrados no Serviço Regional de Saúde.



Salienta-se que neste agrupamento económico das transferências estão orçamentadas as despesas com pessoal dos fundos e serviços autónomos, nomeadamente, as dos serviços integrados no serviço Regional de Saúde, bem como, as dotações destinadas a assegurarem o pagamento do complemento regional de pensões.

Os juros da dívida pública atingem uma previsão orçamental de 14,0 milhões de euros, tendo em consideração o montante da dívida direta da Região e a perspectiva de evolução da taxa de juros nos mercados financeiros.

As outras despesas correntes estão estimadas com uma dotação de 10,4 milhões de euros, dos quais, 10,1 milhões de euros destinam-se ao financiamento corrente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

As despesas de capital atingem uma dotação global de apenas 1,3 milhões de euros, dos quais, 0,9 milhões de euros, destinam-se a aquisição de bens de capital e 0,4 milhões de euros, ao financiamento de despesas de capital da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Salienta-se o facto de, à semelhança da evolução registada no caso das aquisições de bens e serviços correntes, igualmente ao nível das aquisições de bens de capital, observa-se uma redução, nestas últimas, de 10,7%, relativamente ao respetivo valor do corrente ano.



As despesas do plano contemplado no capítulo 40 do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, apresentam, para o ano de 2012, uma previsão orçamental de 480,4 milhões de euros.

O elevado volume de investimentos previstos para o ano de 2012, à semelhança do ocorrido nos últimos anos, traduz claramente a política prosseguida pelo Governo Regional de promover de forma direta e indireta o investimento público e privado, que potencie o desenvolvimento económico e a coesão regional.

Classificação Orgânica

A classificação orgânica apresenta a despesa pública desagregada pelos respetivos serviços e organismos, em função das competências que lhes estão atribuídas para a execução da mesma.

O quadro seguinte apresenta a despesa global orçamentada para 2012, bem como a sua desagregação pelos diversos departamentos regionais e respetiva comparação com os montantes atribuídos em 2011.



Despesa Total

	Euros			
	2011	%	2012	%
Assembleia Leg. da Região Autónoma dos Açores	11.536.100	1,0%	10.449.100	1,0%
Presidência do Governo Regional	46.056.893	4,2%	40.667.627	3,8%
Vice-Presidência do Governo Regional	70.981.833	6,4%	83.521.675	7,8%
Sec. Reg. da Educação e Formação	284.211.650	25,7%	245.896.629	23,0%
Sec. Reg. da Ciência, Tecnologia e Equipamentos	72.765.472	6,6%	82.571.036	7,7%
Sec. Reg. da Economia	128.848.215	11,6%	110.398.871	10,3%
Sec. Reg. do Trabalho e Solidariedade Social	65.325.965	5,9%	63.054.289	5,9%
Sec. Reg. da Saúde	249.833.889	22,6%	281.551.783	26,4%
Sec. Reg. da Agricultura e Florestas	104.711.406	9,5%	93.242.287	8,7%
Sec. Reg. do Ambiente e do Mar	71.784.729	6,5%	56.918.254	5,3%
Total	1.106.056.152	100%	1.068.271.551	100%

Nota: Não inclui o valor da Dotação Provisional, dos Passivos Financeiros e o das Operações Extraorçamentais.

A análise a este quadro permite constatar que a Secretaria Regional da Saúde, com uma dotação de 281,6 milhões de euros detém, em 2012, o maior peso relativo (26,4) %, mais 3,8 pontos percentuais do que registava em 2011.

A Secretaria Regional da Educação e Formação, com uma dotação orçamental de 245,9 milhões de euros, é o segundo departamento em termos de peso na despesa com 23,0% do total.

No total, as dotações orçamentais afetas a estes dois departamentos regionais atingem, em 2012, o valor de 527,4 milhões de euros, representando 49,4% do total da despesa, mais 1,1 ponto percentual do que em 2011.



O quadro seguinte apresenta as dotações afetas ao Plano de investimentos da Região para o ano de 2012 e sua comparação com as correspondentes dotações de 2011, incluídas no capítulo 50.

Plano de Investimentos

	Euros			
	2011	%	2012	%
Presidência do Governo Regional	31.783.655	6,3%	27.786.113	5,8%
Vice-Presidência do Governo Regional	16.543.475	3,3%	24.165.522	5,0%
Sec. Reg. da Educação e Formação	67.475.111	13,3%	57.342.329	11,9%
Sec. Reg. da Ciência, Tecnologia e Equipamentos	52.041.059	10,3%	64.087.764	13,3%
Sec. Reg. da Economia	120.504.933	23,8%	103.175.291	21,5%
Sec. Reg. do Trabalho e Solidariedade Social	51.012.968	10,1%	50.037.127	10,4%
Sec, Reg. da Saúde	29.875.209	5,9%	40.052.751	8,3%
Sec. Reg. da Agricultura e Florestas	73.657.796	14,5%	64.293.206	13,4%
Sec. Reg. do Ambiente e do Mar	63.780.901	12,6%	49.452.463	10,3%
Total	506.675.107	100%	480.392.566	100%

No âmbito das despesas de investimento, a Secretaria Regional da Economia é o departamento com o maior volume de despesa, atingindo uma dotação global de 103,2 milhões de euros, 21,5% do total da despesa.

A Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, com uma dotação de 64,3 milhões de euros e a Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos com 64,1 milhões de euros são os departamentos regionais com valores igualmente significativos.

Classificação Funcional

Nos termos desta classificação, a despesa é distribuída pelas diversas funções que ao Estado cabe desempenhar.



O quadro seguinte apresenta a estrutura da despesa global prevista para 2012, estabelecendo-se a comparação com os correspondentes montantes aprovados para ano de 2011.

Estrutura da Despesa Global

	2011	%	2012	Euros %
1. Funções Gerais de Soberania	128.741.233	11,6%	127.959.609	12,0%
1.01 Serviços Gerais da Administração Pública	128.741.233	11,6%	127.959.609	12,0%
2. Funções Sociais	662.061.449	59,9%	635.137.094	59,5%
2.01 Educação	267.140.177	24,2%	229.588.576	21,5%
2.02 Saúde	248.618.270	22,5%	280.389.237	26,2%
2.03 Segurança e Ação Social	26.986.956	2,4%	30.289.327	2,8%
2.04 Habitação e Equipamentos Coletivos	73.099.418	6,6%	52.948.992	5,0%
2.05 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	46.216.628	4,2%	41.920.962	3,9%
3. Funções Económicas	289.153.748	26,1%	277.281.775	26,0%
3.01 Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	126.640.366	11,4%	116.998.636	11,0%
3.03 Transportes e Comunicações	83.725.143	7,6%	92.681.039	8,7%
3.05 Outras Funções Económicas	78.788.239	7,1%	67.602.100	6,3%
4. Outras Funções	26.099.722	2,4%	27.893.073	2,6%
4.01 Operações da Dívida Pública	10.500.000	0,9%	14.000.000	1,3%
4.03 Diversas não Especificadas	15.599.722	1,4%	13.893.073	1,3%
Total	1.106.056.152	100%	1.068.271.551	100%

Nota: Não inclui o valor da Dotação Provisional, dos Passivos Financeiros e o das Operações Extraorçamentais.

Analisando o quadro anterior, no qual a despesa pública está expurgada do valor das operações extraorçamentais, constata-se que as funções sociais continuam a deter o maior peso, agora representando 59,5% total da despesa.

As funções económicas apresentam uma dotação orçamental de 277,3 milhões de euros, o que representa um peso de 26,0% do respetivo total.



As funções gerais de soberania, com uma dotação prevista de 128,0 milhões de euros, detêm um peso de 12,0%, registando uma quebra significativa, quando comparado com o total da despesa, incluindo as operações extraorçamentais (22,6%).



C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos

Ao abrigo do artigo 12.º da Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro – Lei de Enquadramento Orçamental – incluem-se na presente proposta de orçamento os mapas com as receitas globais dos Fundos e Serviços Autónomos (FSA), especificadas segundo uma classificação orgânica, por capítulos, despesas globais dos FSA, especificadas também segundo uma classificação orgânica, despesas globais dos FSA segundo uma classificação funcional e, ainda, as despesas globais dos FSA, especificadas segundo uma classificação económica.

Para efeito do disposto no n.º 5 do artigo 2.º da Lei de Enquadramento do Orçamento do Estado, a presente proposta de orçamento considera integradas no sector publico administrativo, como serviços e fundos autónomos, as entidades que tenham sido incluídas no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

Classificação Económica

O orçamento consolidado dos serviços e fundos autónomos e empresas do SPER, para 2012, segundo a sua classificação económica, é o que de seguida se apresenta.



DESIGNAÇÃO DA RECEITA	Euros	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	Euros
RECEITAS CORRENTES	248.449.923	DESPESAS CORRENTES	251.321.817
Impostos diretos	0	Despesas com pessoal	64.951.029
Impostos indiretos	0	Segurança Social	9.213.350
Cont. para Seg. social, C.G.A e ADSE	51.491	Contribuições para a Seg. Social	3.138.162
Txs,multas e outras penalidades	11.190.043	Aq. de bens e serviços correntes	122.727.856
Rend. de propriedades	7.669	Juros e outros encargos	10.846.754
Transferências	206.494.683	Transferências Correntes	22.393.456
RAA - Adm. Pública	179.770.217	RAA - Adm. Pública	800.000
Adm. Central	2.330.934	Adm. Central	720.000
Entre Fundos	73.970	Entre Fundos	150.000
Adm. Local	37.200	Adm. Local	75.000
U.E	10.000	U.E	913.578
Outras	24.272.362	Outras	19.734.878
Venda de bens e serviços correntes	19.721.795	Subsídios	22.346.096
Outras receitas correntes	10.984.242	Outras despesas correntes	8.056.626
RECEITAS DE CAPITAL	22.723.461	DESPESAS DE CAPITAL	20.474.469
Venda de bens de investimento	0	Aquisição de bens de capital	14.417.133
Transferências	22.555.856	Transferências de Capital	4.505.223
RAA - Adm. Pública	10.044.708	RAA - Adm. Pública	0
Adm. Central	0	Adm. Central	0
Entre Fundos	0	Entre Fundos	0
Adm. Local	0	Adm. Local	11.000
U.E	1.800.000	U.E	0
Outras	10.711.148	Outras	4.494.223
Ativos financeiros	167.605	Ativos financeiros	1.092.113
Passivos financeiros	0	Passivos financeiros	460.000
Outras receitas de capital	0	Outras despesas de capital	0
Recursos próprios comunitários	0		
SUB-TOTAL	271.173.384	SUB-TOTAL	271.796.286
Reposições	32.489	Operações extraorçamentais	6.230.600
Saldo da gerência anterior	3.608.213		
Na posse do serviço	3.604.189		
Na posse do Tesouro	4.024		
Operações extraorçamentais	3.212.800		
TOTAL	278.026.886	TOTAL	278.026.886

A previsão global para o orçamento consolidado dos fundos e serviços autónomos do próximo ano, situa-se nos 278,0 milhões de euros.



A receita corrente, com 248,4 milhões de euros representa 89,4% do total orçamentado, enquanto os 22,7 milhões de euros previstos para as receitas de capital equivalem a 8,2%. Os restantes 6,9 milhões de euros referem-se a reposições, saldo da gerência anterior e operações extra-orçamentais.

No agregado das receitas correntes, evidenciam-se as transferências, as quais, com 206,5 milhões de euros, representam 83,1% do total da receita corrente. De destacar que 179,8 milhões de euros, do total das transferências (87,1%), têm proveniência do orçamento da Região Autónoma dos Açores (ORAA).

Estima-se que as receitas de capitais arrecadadas pelos fundos e serviços autónomos atinjam os 22,7 milhões de euros, dos quais 22,6 milhões de euros são relativos a transferências, destas 10,0 milhões de euros são provenientes do ORAA, ou seja, 44,5% do total das transferências.

Quanto à despesa dos fundos e serviços autónomos, prevê-se que se situe nos 278,0 milhões de euros, decompostos por 251,3 milhões de euros para as despesas correntes (90,4%), 20,5 milhões de euros para as despesas de capital (7,4%) e por 6,2 milhões de euros de operações extraorçamentais (2,2%).

Do total das despesas correntes sobressaem as aquisições de bens e serviços correntes e as despesas com pessoal, que representam 48,8%, e



25,8% respetivamente, do total das despesas correntes, representando no seu conjunto, a 187,7 milhões de euros.

Prevê-se uma despesa de capital na ordem dos 20,5 milhões de euros, dos quais 4,5 milhões de euros dizem respeito às transferências de capital e 14,4 milhões de euros à aquisição de bens de capital.

Classificação Orgânica

O orçamento dos serviços e fundos autónomos segundo a sua classificação orgânica é a que abaixo se apresenta:

Departamentos	Montantes em €	%
Presidência do Governo Regional	350.000	0,13%
Vice-Presidência do Governo Regional	14.554.689	5,23%
Secretaria Regional da Educação e Formação	25.988.649	9,35%
Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos	12.260.337	4,41%
Secretaria Regional da Economia	35.702.155	12,84%
Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social	23.365.795	8,40%
Secretaria Regional da Saúde	135.346.174	48,68%
Secretaria Regional da Agricultura e Florestas	29.012.144	10,44%
Secretaria Regional do Ambiente e Mar	1.446.943	0,52%
Total	278.026.886	100,00%

O departamento governamental que assume o maior peso no total das despesas orçamentadas para os FSA é a Secretaria Regional da Saúde, com 135,3 milhões de euros (48,7%). Dos FSA destacam-se, pelo peso que assumem no orçamento:

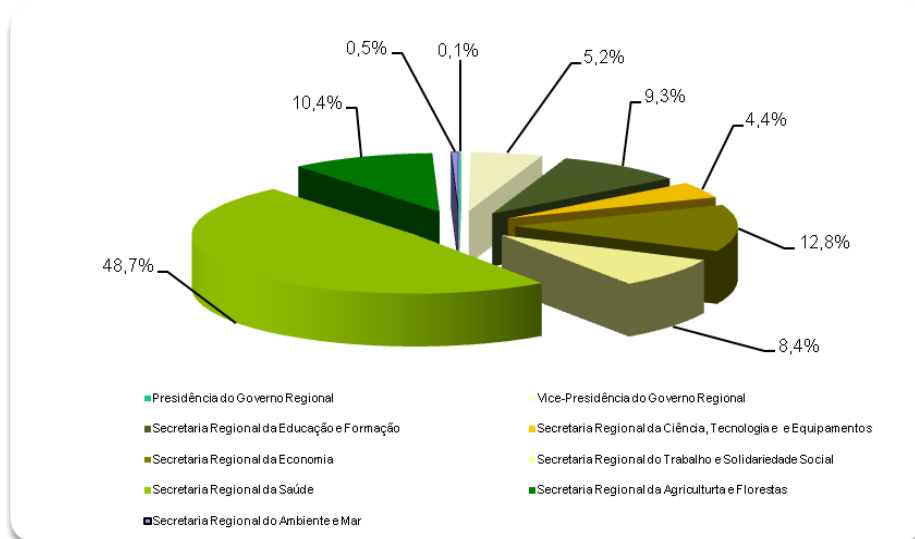
- Centro de Saúde de Ponta Delgada – 24,3%
- Centro de Saúde de Angra do Heroísmo – 11,0%



- Centro de Saúde da Ribeira Grande – 10,5%
- Centro de Saúde da Ilha do Pico – 9,3%

Ressalvam-se, ainda, as verbas atribuídas à Secretaria Regional da Economia, as quais, com 35,7 milhões de euros representam 12,8% do total orçamentado, destacando-se o Fundo Regional de Coesão, com 60,8%.

A distribuição orgânica do orçamento dos FSA é, graficamente, a que abaixo se apresentada.



Classificação Funcional

A classificação funcional das despesas globais dos FSA, é a especificada no quadro seguinte.



Descrição	Montantes em €	%
Funções Gerais Soberania	19.039.426	6,8%
Funções Sociais	161.938.754	58,2%
Funções Económicas	72.999.899	26,3%
Outras Funções	24.048.807	8,6%
TOTAL	278.026.886	100,00%

As despesas afetas às funções sociais são as que mais se distinguem, com 161,9 milhões de euros (58,2%) do total da despesa, sucedendo-se as funções económicas com 73,0 milhões de euros (26,3%), as outras funções com 24,0 milhões de euros (8,6%) e por último, as funções gerais de soberania com 19,0 milhões de euros (6,8%).

O total imputado a cada uma das funções de carácter social, é a seguinte:

- Saúde – 135,3 milhões de euros;
- Educação – 19,6 milhões de euros;
- Segurança e Ações Sociais – 4,7 milhões de euros; e
- Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos – 1,3 milhões de euros.
- Habitação e Serviços Coletivos – 0,9 milhões de euros

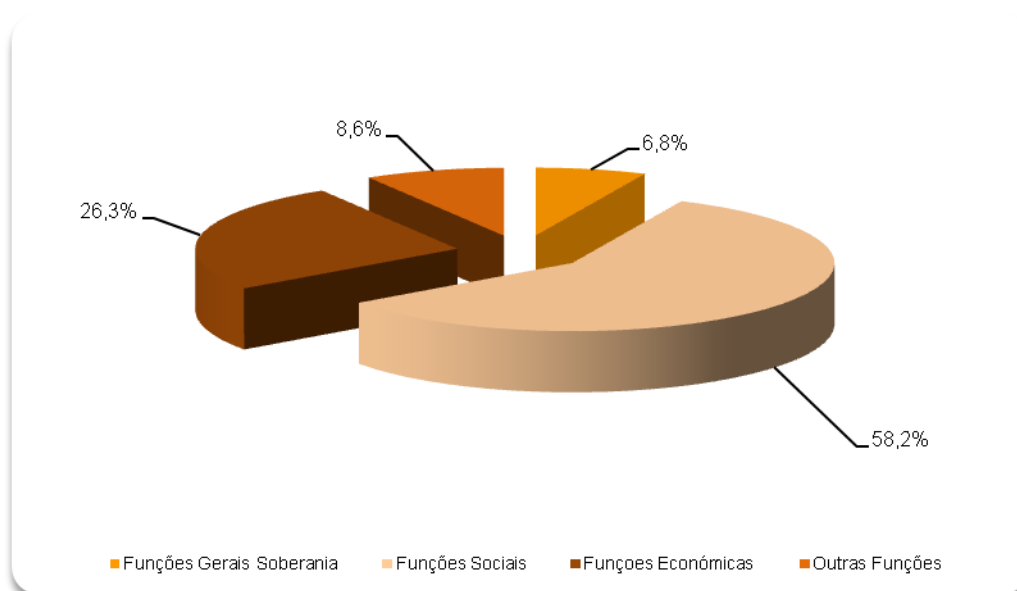
Os 73,0 milhões de euros afectos às funções económicas decompõem-se do seguinte modo:

- Outras Funções Económicas – 35,7 milhões de euros;
- Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca – 29,5 milhões de euros; e



- Transportes e Comunicações – 7,8 milhões de euros.

O gráfico seguinte mostra a proporção que cada função assume no total do orçamento dos FSA.





D) Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo

O valor do orçamento consolidado do Sector Público Administrativo, para o ano de 2012, é de 1.524,5 milhões de euros onde se incluíram todos os serviços e organismos dotados de autonomia administrativa e financeira e as entidades empresariais no âmbito do S.P.A..

(Milhões de euros)

DESIGNAÇÃO	CONSOLIDADO
Receitas Correntes	753.919.706,0
Receitas Fiscais	546.179.043,0
Outras receitas correntes	207.740.663,0
Receitas de Capital	531.523.978,0
Outras Receitas	6.640.702,0
Operações extraorçamentais	232.418.778,0
TOTAL DA RECEITA	1.524.503.164,0
Despesas Correntes	892.161.589,0
Despesas com Pessoal	341.647.330,0
Outras	550.514.259,0
Despesas de Capital	396.904.997,0
Operações extraorçamentais	235.436.578,0
TOTAL DA DESPESA	1.524.503.164,0

Prevê-se que as receitas correntes atinjam os 753,9 milhões de euros (49,5% do total da receita), estimando-se que 546,2 milhões de euros digam respeito a receitas fiscais e os restantes 207,7 milhões de euros a outras receitas correntes.

Relativamente às receitas de capital, prevê-se que estas permitam uma arrecadação de 531,5 milhões de euros.



Do valor orçamentado para as despesas correntes (892,2 milhões de euros) 38,3% dizem respeito a despesas com pessoal (341,6 milhões de euros).

As despesas de capital estão orçamentadas em 396,9 milhões de euros.

O orçamento das operações extraorçamentais atinge os 235,4 milhões de euros, 15,4% do total da despesa.



V – DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL

A - Dívida Directa

Evolução da Dívida Pública

Para o corrente ano e ao abrigo do n.º 1 do artigo 95.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro – aprovou o Orçamento de Estado para 2011, a Região Autónoma dos Açores, ficou impossibilitada, uma vez mais, de contrair empréstimos, incluindo todas as formas de dívida, que originassem um aumento do seu endividamento líquido, excepcionando no seu n.º 2, à semelhança dos anos anteriores, as situações decorrentes do financiamento de projetos com comparticipação de fundos comunitários.

O stock da dívida pública, a 30 de Setembro de 2011 era igual ao registado em 31 de Dezembro de 2010, ou seja, 374.613.674,00€.

A decomposição da dívida direta por empréstimo é a apresentada no quadro seguinte.

	DATA		MONTANTE	AMORTIZAÇÃO	MONTANTE EM DÍVIDA
	Inicial	Final			
Dexia - Project & Public Finance	3 Dez, 2007	3 Dez, 2017	56.500.000,00	0,00	56.500.000,00
Dexia Sabadell	18 Ago, 2008	20 Ago, 2018	91.000.000,00	0,00	91.000.000,00
Depfa - Bank	17 Ago, 2006	17 Ago, 2016	49.800.000,00	0,00	49.800.000,00
Credit Suisse	19 Ago, 2006	19 Ago, 2012	77.313.674,00	0,00	77.313.674,00
BPI - BIIS	6 Ago, 2009	6 Ago, 2012	50.000.000,00	0,00	50.000.000,00
Sindicato CGD,BPI,BANIF e Millennium	8 Out, 2010	6 Out, 2013	50.000.000,00	0,00	50.000.000,00
TOTAL			374.613.674,00	0,00	374.613.674,00



Serviço da Dívida Pública

Os juros da dívida pública pagos até 30 de Setembro de 2011 totalizaram 10,4 milhões de euros.

B - Avals

A responsabilidade da Região com avals a 30 de Setembro de 2011 situava-se nos 403,2 milhões de euros, conforme quadro a seguir apresentado.

(Euros)

AVAL	MUTUANTE	MUTUÁRIO	CAPITAL INICIAL	RESPONSABILIDADE
2/92	K.F.W.	E.D.A., S.A.	4.090.335,05	682.574,70
3/93	B.E.I.	E.D.A., S.A.	2.501.991,06	516.160,77
1/01	B.E.I.	E.D.A., S.A.	30.000.000,00	15.000.000,00
1/02	B.E.I.	E.D.A., S.A.	20.000.000,00	12.000.000,00
2/03	B.E.I.	E.D.A., S.A.	40.000.000,00	32.000.000,00
2/04	Banco Efisa	SAUDAÇOR, S.A.	80.000.000,00	80.000.000,00
1/05	B.E.I.	E.D.A., S.A.	30.000.000,00	27.000.000,00
2/05	Credit Suisse First Boston	SAUDAÇOR, S.A.	80.000.000,00	80.000.000,00
3/05	Credit Suisse First Boston	SPRHI, S.A.	30.000.000,00	30.000.000,00
1/06	DEPFA Bank	SPRHI, S.A.	36.000.000,00	36.000.000,00
1/07	Caixa Geral de Depósitos	SPRHI, S.A.	26.000.000,00	26.000.000,00
2/07	Déxia Credit local	APTG, SA	5.500.000,00	3.666.666,67
1/08	Déxia Credit local	SPRHI, S.A.	11.400.000,00	11.400.000,00
1/09	Déxia Credit local	SPRHI, S.A.	9.000.000,00	6.975.000,00
2/09	CLF, Caixa Leasing e factoring, IFC, SA	HDES PD, EPE	5.628.000,00	5.628.000,00
3/09	CLF, Caixa Leasing e factoring, IFC, SA	HSP AH, EPE	3.486.000,00	3.486.000,00
4/09	CLF, Caixa Leasing e factoring, IFC, SA	HH, EPE	1.386.000,00	1.386.000,00
1/10	BANIF- banco Internacional do Funchal, SA	SPRHI, S.A.	4.500.000,00	4.500.000,00
2/10	Caixa Geral de Depósitos, SA	SAUDAÇOR, S.A.	15.000.000,00	15.000.000,00
3/10	Santander totta	HDES PD, EPE	10.000.000,00	10.000.000,00
4/10	Montepio	HH, EPE	2.000.000,00	2.000.000,00
TOTAL			446.492.326,11	403.240.402,14



O Decreto Legislativo Regional n.º 34/2010/A, de 29 de Dezembro, que aprovou o Orçamento da Região para 2011, estabeleceu no seu artigo 15.º, o montante máximo de avales a conceder, em 45 milhões de euros.

Para o ano de 2012, prevê-se que as amortizações em empréstimos anteriormente avalizados pela Região atinjam os 26,7 milhões de euros, desagregados da forma que de seguida se explicita.

Anos			2012
2/92	K.F.W.	E.D.A., S.A.	273.029,86
3/93	B.E.I.	E.D.A., S.A.	248.447,71
1/01	B.E.I.	E.D.A., S.A.	3.000.000,00
1/02	B.E.I.	E.D.A., S.A.	2.000.000,00
2/03	B.E.I.	E.D.A., S.A.	4.000.000,00
1/05	B.E.I.	E.D.A., S.A.	3.000.000,00
2/07	Déxia Sabadell	APTG,SA	458.333,33
1/08	Déxia Sabadell	SPRHI, S.A	1.628.571,42
1/09	Déxia Sabadell	SPRHI, S.A	900.000,00
2/09	CLF, Caixa Leasing e factoring, IFC, SA	HDES PD, EPE	5.628.000,00
3/09	CLF, Caixa Leasing e factoring, IFC, SA	HSP AH, EPE	3.486.000,00
4/09	CLF, Caixa Leasing e factoring, IFC, SA	HH, EPE	1.386.000,00
1/10	BANIF- Banco Internacional do Funchal, SA	SPRHI, S.A	676.362,37
Total			26.684.744,69

Para o ano de 2012, o limite máximo proposto de avales a conceder é de 60 milhões de euros.



VI - Sector Público Empresarial Regional

O Governo Regional dos Açores está a proceder a uma redução significativa das participações sociais detidas pela Região Autónoma dos Açores, no âmbito da reestruturação do Sector Público Empresarial Regional (SPER). Com a conclusão de referida reestruturação o Sector Público Empresarial Regional incorporará um conjunto de 32 entidades de características empresariais, congregadas da seguinte forma:

- Cinco Grupos empresariais:

- Grupo EDA com 7 empresas;
- Grupo SATA com 5 empresas;
- Grupo Portos dos Açores (PA), com 3 empresas;
- Grupo Lotaçor, com 3 empresas
- Grupo Ilhas de Valor com 3 empresas

- Onze empresas com participação direta, com atividade e objetivos próprios, sem participação de capital entre si, nomeadamente:

- SPRHI, SA, na área de habitação e infraestruturas;
- SAÚDAÇOR, SA, no sector da Saúde;
- Teatro Micaelense, SA, na área de espetáculos e congressos;
- Azorina, SA, na área do ambiente;
- APIA, EPE, para captação de investimento externo;



- Hospital do Divino Espírito Santo, EPE, Hospital de Santo Espírito, EPE, e Hospital da Horta, EPE, na área da Saúde, cuja finalidade é a obtenção de ganhos acrescidos em saúde;
 - IROA, S.A, na área da Agricultura cujo objetivo é o de reforço da qualidade e redução dos custos de produção das explorações agrícolas;
 - Transmaçor, S.A.;
 - Pousadas da Juventude dos Açores, S.A.
- Cinco entidades não societárias, mas que pela sua gestão, estão incluídas neste âmbito:

- INOVA;
- ENTA;
- Associação de Turismo dos Açores;
- Observatório Regional do Turismo;
- Associação Portas do Mar, S.A.

As participações da Região, explicitadas em percentagem do capital social detido, direta e indiretamente, pela Região, sem considerar as participações indiretas de segundo grau, é a explicitada no quadro seguinte.



Região Autónoma dos Açores
Vice - Presidência do Governo Regional
Direcção Regional do Orçamento e Tesouro

PARTICIPAÇÕES NO SPER

PARTICIPAÇÕES DA RAA	Participaç Directa	Participações Directas do SPER											Participaç Indirec	Total Participaç	
		RAA	SATA, SGPS	SATA AIR AÇORES	EDA, S.A	EEG	LOTAÇOR, S.A.	PA, SGPS	ATLÂNTI COLINE, S.A.	APSM, S.A.	APTG, S.A.	APTO, S.A.			ILHAS DE VALOR, S.A.
Identificação da Empresa															
SAUDAÇOR- SOC. GEST. REC.EQUIP.SAÚDE AÇORES, S.A.	100,00%													0,00%	100,00%
HOSPITAL DO DIVINO ESPÍRITO SANTO, EPE	100,00%													0,00%	100,00%
HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO, EPE	100,00%													0,00%	100,00%
HOSPITAL DA HORTA, EPE	100,00%													0,00%	100,00%
SATA, SGPS, S.A.	1 100,00%													0,00%	100,00%
SATA AIR AÇORES - SERV. AÇOR. TRANSPORTES AÉREOS, S.A	1	100,00%												100,00%	100,00%
SATA INTERNACIONAL- SERVIÇO DE TRANSPORTES AÉREOS S.A.	1		100,00%											100,00%	100,00%
SATA GESTÃO DE AERODROMOS	1		100,00%											100,00%	100,00%
SATA EXP. INC. CAN	1		100,00%											100,00%	100,00%
PA - PORTOS DOS AÇORES -SGPS, S.A.	2 100,00%													0,00%	100,00%
ATLÂNTICOLINE, S.A	2 16,03%							83,97%						83,97%	100,00%
NAVAL CANAL, LDª.	2										100,00%			100,00%	100,00%
TRANSM AÇOR- TRANSPORTES MARÍTIMOS DOS AÇORES, LDA	88,37%													0,00%	88,37%
LOTAÇOR - SERVIÇO AÇOREANO DE LOTAS, S.A	100,00%													0,00%	100,00%
ESPADA PESCAS UNIPESSOAL, S.A.						100,00%								100,00%	100,00%
SANTA CATARINA, INDÚSTRIA CONSERVEIRA, S.A.						99,67%								99,67%	99,67%
ILHAS DE VALOR, S.A.	99,44%		0,28%					0,28%						0,56%	100,00%
SINAGA, S.A. - SOCIEDADE DE INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS AÇORIANAS												51,00%		51,00%	51,00%
POUSADA DA JUVENTUDE DA CALDEIRA DO SANTO CRISTO, Ldª.												60,87%		60,87%	60,87%
EDA - ELECTRICIDADE DOS AÇORES,S.A.	3 50,10%													0,00%	50,10%
GLOBALEDA- TELECOMUNICAÇÕES SIST. INFORMAÇÕES,S.A.	3			60,00%										30,06%	30,06%
SOGEO- SOCIEDADE DE GEOTERMIA DOS AÇORES, S.A.	3			99,31%										49,75%	49,75%
SEGMA- SERVIÇO DE ENG. GESTÃO E MANUTENÇÃO,LDA	3			90,00%										45,09%	45,09%
GEOTERCEIRA- SOC. GEOTÉMICA DA TERCEIRA,S.A.	3			50,04%										25,07%	25,07%
NORMA AÇORES-SOCIEDADE DE ESTUDOS E APOIO AO DES. REG.,S.A.	3			50,13%										25,12%	25,12%
NOVABASE ATLÂNTICO - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A.	3			40,00%										20,04%	20,04%
SPRH,S.A.- SOC. PROM. REAB.HAB. E INFRA-ESTRUTURAS,S.A.	100,00%													0,00%	100,00%
AZORINI, S.A.	100,00%													0,00%	100,00%
TEATRO MICAELENSE- CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS,S.A.	99,81%													0,00%	99,81%
P GA- Pousadas da Juventude Açores, S.A.	51,00%													0,00%	51,00%
IROA, S.A.	100,00%													0,00%	100,00%
APIA - EPE	100,00%													0,00%	100,00%

1) Grupo SATA

2) Grupo Portos dos Açores

3) Grupo EDA



Região Autónoma dos Açores
Vice - Presidência do Governo Regional
Direcção Regional do Orçamento e Tesouro

Entidades Não Societárias - Associações										
PARTICIPAÇÕES DA RAA	Participaç Directa	Participações directas do SPER							Participaç Indirec	Total Participaç
	RAA	SATA AIR AÇORES	EDA, S.A	APSM, S.A.	APTG, S.A.	INOVA	AAFTH	ASS. TURISMO AÇORES		
ASSOCIAÇÃO TURISMO AÇORES	38,50%	30,80%							30,80%	69,30%
ENTA - ESCOLA DE NOVAS TECNOLOGIAS	22,00%		2,00%			70,00%			45,91%	67,91%
INOVA- ISNT. INOVAÇÃO TECNOLOGIA DOS	65,59%		0,77%						0,00%	65,59%
OBSERVATÓRIO REGIONAL DO TURISMO	50,00%							25,00%	17,33%	67,33%
ASSOCIAÇÃO PORTAS DO MAR	28,57%			28,57%			7,14%	7,14%	32,55%	61,12%